

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Brasil Novo**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

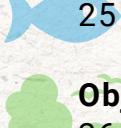
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 1.2 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Brasil Novo (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, o município de Brasil Novo apresentou uma taxa de pobreza persistentemente elevada, com leve estabilidade entre 2019 e 2020 (66,7%) e um pico significativo em 2021, atingindo 72,1%. Esse comportamento evidencia uma deterioração nas condições socioeconômicas locais, possivelmente impulsionada por efeitos da pandemia de COVID-19, que agravaram o desemprego e a informalidade. A Região de Integração (RI) Xingu e o estado do Pará também apresentaram elevação nesse período, embora em menor intensidade (Gráfico 1).

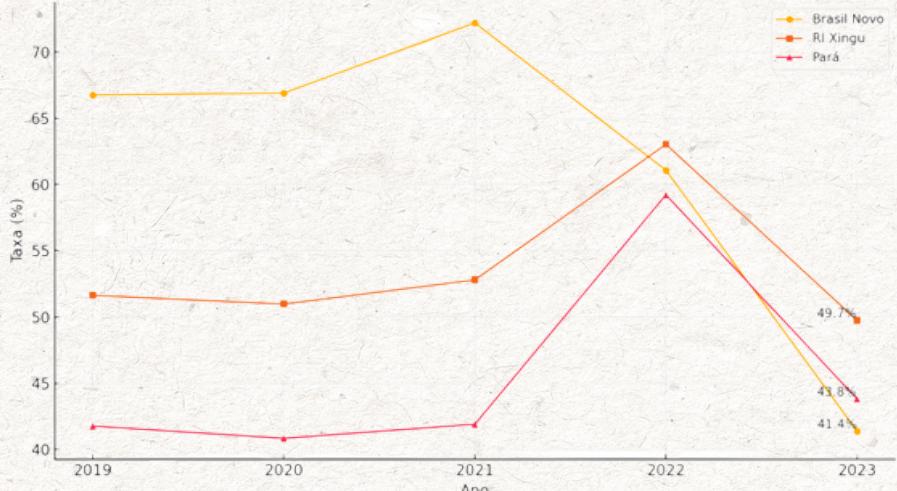
Em 2022, nota-se uma reversão dessa tendência em Brasil Novo, com uma queda expressiva para 62,5%. No entanto, esse patamar ainda se mantinha superior ao da RI Xingu (63,2%) e do estado do Pará (59,3%), demonstrando que, embora haja avanços, o município seguia em desvantagem relativa. A redução generalizada da taxa de pobreza nesse ano pode estar relacionada à retomada das atividades econômicas e ao fortalecimento de políticas de transferência de renda (Gráfico 1).





Em 2023, observa-se uma melhora acentuada nos três recortes territoriais. Brasil Novo reduziu sua taxa de pobreza para 41,4%, ficando abaixo da média da RI Xingu (49,7%) e próxima da média estadual (43,8%). Essa inflexão positiva sinaliza um ciclo de recuperação socioeconômica mais intenso no município, o que pode estar atrelado a programas sociais mais eficazes, maior inclusão produtiva e melhora dos indicadores locais de renda e emprego (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

O município de Brasil Novo iniciou o período com altos percentuais de despesas públicas destinadas a serviços essenciais (68,6% em 2019), mantendo uma trajetória relativamente estável até 2021, com leve oscilação. Esse padrão sinaliza uma prioridade orçamentária contínua voltada para áreas como saúde, educação, segurança e assistência social, refletindo compromisso com o atendimento das necessidades básicas da população (Gráfico 2).

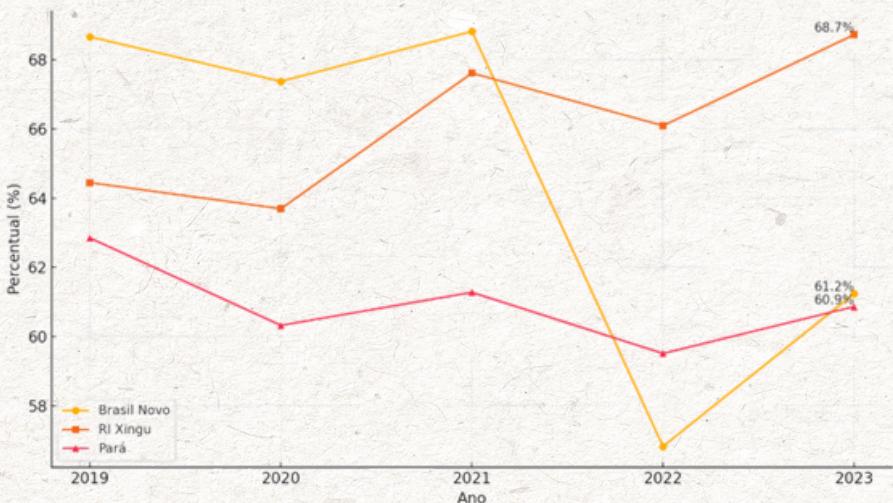
Entretanto, em 2022, ocorre uma queda abrupta no percen-

tual de alocação desses recursos em Brasil Novo, que despenca para 56,9%, ao contrário da RI Xingu e do estado do Pará, que mantiveram maior estabilidade (66,1% e 59,3%, respectivamente). Essa queda acentuada pode indicar uma reestruturação orçamentária local, possíveis restrições fiscais ou redirecionamento de recursos para outras áreas não prioritárias, o que pode ter comprometido a capacidade do município de enfrentar as demandas sociais naquele ano (Gráfico 2).

Já em 2023, Brasil Novo retoma parte do investimento essencial, atingindo 61,2% e se equiparando ao patamar estadual (60,9%). Apesar de não alcançar o mesmo nível da RI Xingu (68,7%), esse movimento revela uma correção na política de gastos, possivelmente impulsionada por pressões sociais ou exigências legais. A retomada desse investimento, aliada à queda na taxa de pobreza, sugere que o município pode ter conseguido alinhar melhor suas finanças públicas às necessidades da população (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

O município de Brasil Novo apresentou uma oscilação marcante na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer entre 2019 e 2023. Em 2019, o indicador era de 3,4%, significativamente inferior à média da Região de Integração do Xingu (6,2%) e do estado do Pará (7,7%), sugerindo inicialmente uma condição favorável no município. Contudo, em 2020 e 2021, a taxa saltou para 6,2% e 7,4%, respectivamente, revelando um agravamento expressivo que pode estar relacionado a fatores como aumento da vulnerabilidade social e sobrecarga nos serviços de saúde durante a pandemia (Gráfico 3).

Em 2022, Brasil Novo apresentou uma redução relevante

nesse indicador, atingindo 4,6%, o que poderia indicar uma melhora nos serviços de atenção pré-natal e saúde materno-infantil. Essa redução ocorreu de forma contrária à tendência estadual e regional, que mantiveram os níveis elevados, com o Pará subindo para 8,6%. Essa divergência pode sugerir a adoção de políticas locais mais eficazes ou a influência de variáveis contextuais específicas do município (Gráfico 3).

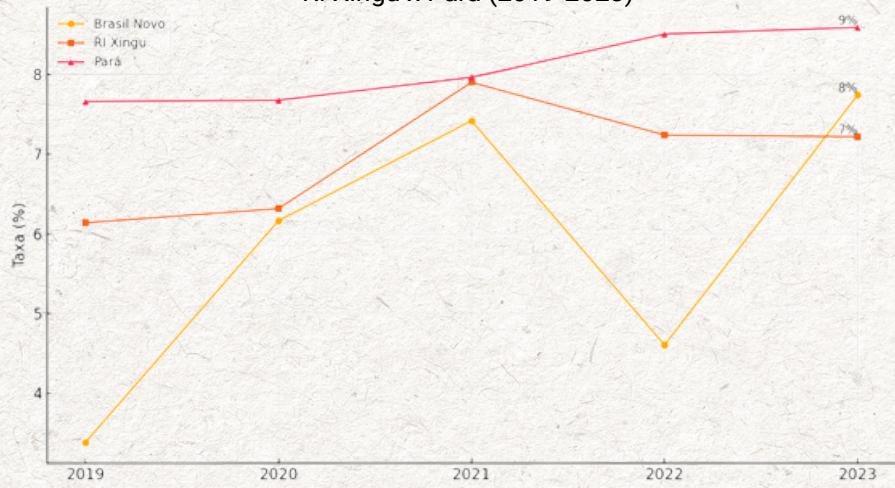
Já em 2023, houve novo aumento na prevalência de baixo peso em Brasil Novo, chegando a 7,9%, superando inclusive a média da RI Xingu (7%) e se aproximando da taxa estadual (9%).

Esse retrocesso aponta para

uma possível fragilidade na sustentabilidade das políticas de atenção à primeira infância, indicando a necessidade de esforços mais contínuos para garantir o acompanhamento nutricional e sanitário de gestantes e recém-nascidos, especialmente em áreas com histórico de vulnerabilidade (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

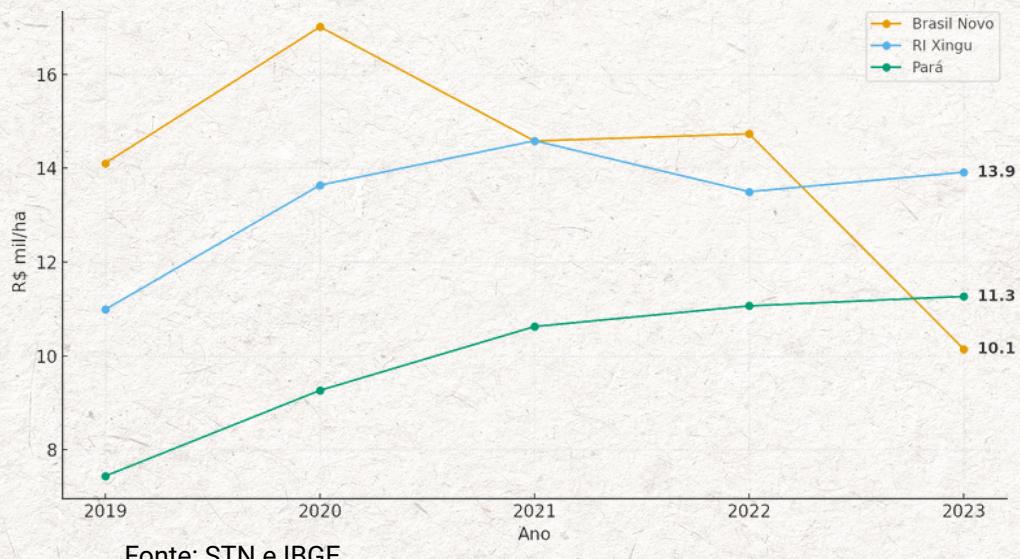


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2023, o município de Brasil Novo apresentou variações expressivas em sua produtividade agrícola. O indicador iniciou em R\$ 14,1 mil/hectare e alcançou o pico em 2020, com R\$ 16,8 mil/ha, refletindo um ciclo agrícola favorável e possível ampliação de áreas de cultivo de maior valor agregado. A partir de 2021, a produtividade recuou para R\$ 14,6 mil/ha, mantendo estabilidade em 2022 com R\$ 14,8 mil/ha. Já em 2023 ocorreu forte queda, atingindo R\$ 10,1 mil/ha, o menor valor da série. Esse comportamento revela sensibilidade a variações climáticas e de mercado, além de possíveis ajustes na base produtiva local (Gráfico 4).

A Região de Integração Xingu manteve trajetória estável e superior à média estadual, partindo de R\$ 11,0 mil/hectare em 2019 e alcançando R\$ 13,9 mil/ha em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo, saindo de R\$ 7,4 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha no mesmo período. A diferença entre os níveis mostra que tanto a RI quanto o estado consolidaram ganhos de eficiência técnica e ampliação da produtividade média. Em contraste, Brasil Novo, apesar do alto desempenho inicial, encerrou o período em desaceleração, indicando necessidade de retomada de práticas e investimentos que sustentem seu potencial agrícola (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

série. Esse pequeno retrocesso pode ser reflexo de uma descontinuidade em ações preventivas, variações pontuais no número de nascimentos ou na qualidade da assistência neonatal, o que evidencia a necessidade de políticas sustentáveis de longo prazo para manter a tendência de queda. Ainda assim, o município apresenta desempenho melhor do que a RI Xingu (12) e o estado do Pará (15), reforçando a efetividade relativa de suas estratégias (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

O município de Brasil Novo apresentou uma tendência de redução significativa na taxa de mortalidade infantil entre 2019 e 2022, saindo de 9,3 para apenas 3,3 mortes por mil nascidos vivos, o que representa uma queda expressiva e consistente. Essa melhoria pode estar associada ao fortalecimento da atenção básica em saúde, ao aumento na cobertura de pré-natal e à melhoria das condições sanitárias e nutricionais no município durante o período (Gráfico 5).

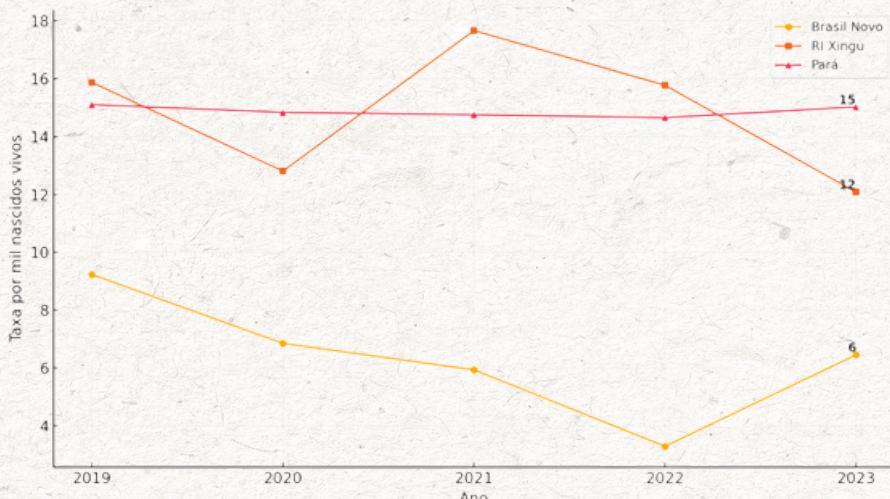
Entretanto, em 2023, houve um leve aumento, com a taxa subindo para 6,0, embora ainda inferior à observada no início da





A RI Xingu oscilou consideravelmente no período, com picos elevados em 2021 (17,7) e leve queda em 2023. Já o estado do Pará manteve-se relativamente estável entre 14,7 e 15,0, com variações mínimas. Isso sugere que Brasil Novo, apesar de sua estrutura menor, conseguiu melhores resultados na redução da mortalidade infantil do que as escas superiores, possivelmente por maior efetividade em intervenções locais específicas (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

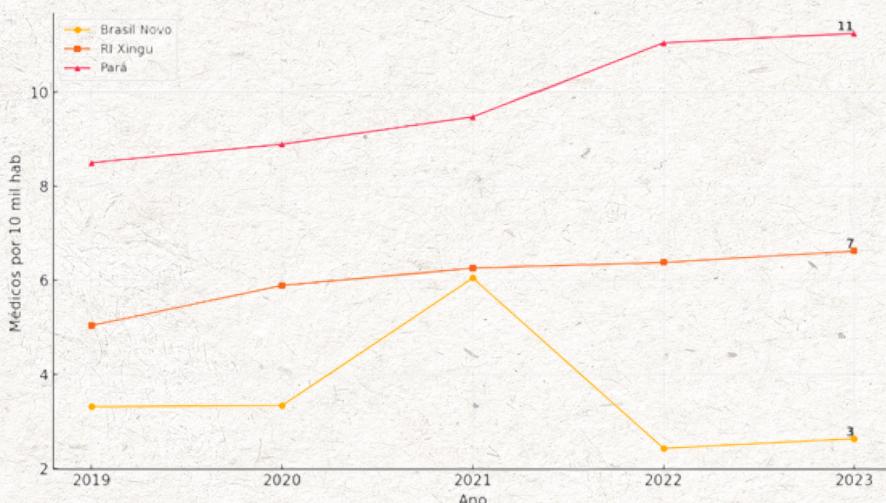
O número de médicos por 10 mil habitantes em Brasil Novo manteve-se estagnado nos anos iniciais (2019 e 2020) em 3,3 médicos, o que já era inferior à média da RI Xingu (5,0 a 5,9) e do estado do Pará (8,5 a 8,8). Em 2021, houve um avanço significativo, chegando a 6,1 médicos por 10 mil habitantes, aproximando-se da média regional. Esse crescimento pode ter sido impulsionado por políticas emergenciais de alocação de profissionais, como o programa Mais Médicos, ou por contratações motivadas pela pandemia (Gráfico 6).

Contudo, em 2022, observa-se uma retração acentuada no número de médicos em Brasil Novo, caindo para 2,4, o menor valor da série histórica. Ainda que haja uma pequena recuperação em 2023 (2,6), o município permanece abaixo dos níveis anteriores e muito distante das médias da RI Xingu (7,0) e do estado (11,0). Essa redução pode refletir desmobilização de políticas temporárias, dificuldades de fixação de profissionais em áreas remotas ou restrições orçamentárias locais (Gráfico 6).



Enquanto isso, tanto a RI Xingu quanto o estado do Pará apresentaram crescimento contínuo na densidade médica ao longo do período analisado. A discrepância entre a tendência estadual/ regional e a realidade de Brasil Novo aponta para desigualdades no acesso à saúde e reforça a importância de estratégias específicas para atração e fixação de profissionais médicos em municípios de menor porte e maior vulnerabilidade (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

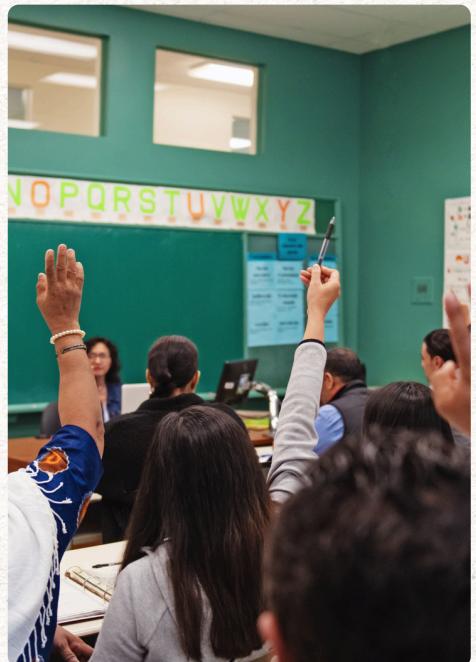
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Brasil Novo iniciou o período com uma das maiores proporções de vagas no ensino público por mil habitantes entre os recortes analisados, partindo de 291 vagas em 2019 e alcançando um pico de 298 em 2021. Esse patamar demonstra uma oferta robusta de educação pública proporcional à população local, superior tanto à média da Região de Integração Xingu quanto à do estado do Pará. A estabilidade dessa alta oferta nos primeiros anos pode ser resultado de políticas de expansão ou manutenção da rede de ensino municipal (Gráfico 7).

Contudo, em 2022 ocorre uma queda abrupta nesse indicador no município, despendendo para 170 vagas por mil habitantes – uma perda de

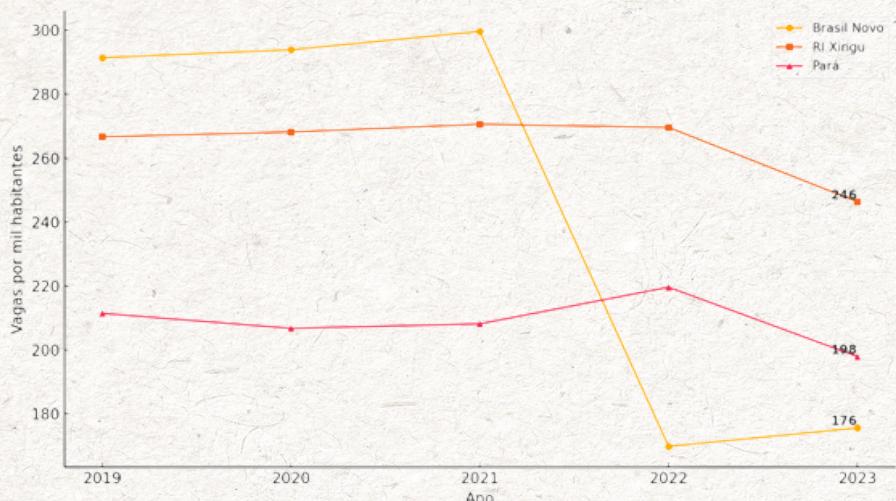
mais de 40% em apenas um ano. Essa redução contrasta com a leve estabilidade da RI Xingu e o crescimento do estado do Pará no mesmo período. Tal comportamento pode indicar fechamento de turmas ou unidades escolares, alterações demográficas (como queda na população em idade escolar), ou mesmo dificuldades orçamentárias que comprometeram a manutenção da estrutura educacional (Gráfico 7).

Em 2023, observa-se uma leve recuperação no número de vagas em Brasil Novo, que sobe para 176, embora ainda permaneça em um patamar inferior ao registrado nas demais regiões – RI Xingu (246) e Pará (198).



Essa recuperação incipiente revela um possível esforço para retomar a capacidade de atendimento da rede pública, mas ainda aquém da necessidade populacional, exigindo um planejamento mais robusto para reverter de forma sustentável o déficit educacional no município (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 176 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Brasil Novo iniciou o período analisado com um dos menores percentuais de escolas com acesso à internet (30,4% em 2019), inferior à média estadual (34,1%) e da RI Xingu (32,9%). No entanto, já em 2020, o município apresentou um salto considerável, alcançando 41,7%, ultrapassando inclusive os níveis regional e estadual. Esse avanço pode ter sido motivado pela crescente demanda por conectividade nas escolas, intensificada pela pandemia e necessidade do ensino remoto emergencial (Gráfico 8).

Nos anos seguintes, o município continuou ampliando

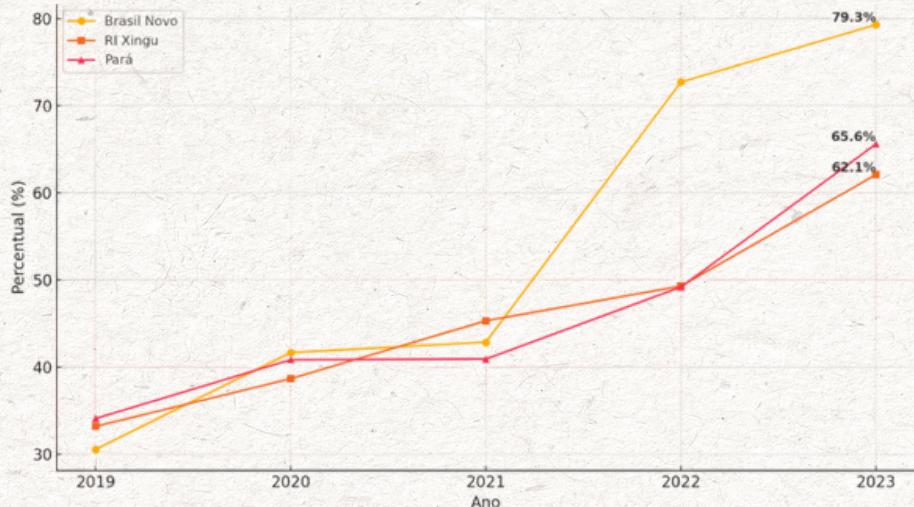
expressivamente o acesso à internet nas escolas, atingindo 72,7% em 2022 e chegando a 79,3% em 2023 – a maior taxa entre os recortes analisados. Essa evolução consistente demonstra um compromisso local com a infraestrutura digital nas instituições de ensino, o que representa um avanço relevante para a inclusão tecnológica e a qualidade do processo educacional, especialmente em áreas historicamente menos conectadas (Gráfico 8).

Em contraste, a RI Xingu e o estado do Pará também apresentaram crescimento, mas em ritmo mais lento, alcan-

çando respectivamente 62,1% e 65,6% em 2023. Assim, Brasil Novo se destacou positivamente nesse aspecto, tornando-se referência regional em conectividade escolar. Esse desempenho reflete o potencial de superação de desigualdades por meio de políticas direcionadas à inovação e tecnologia educacional, sendo fundamental manter esse ritmo de avanços para consolidar uma educação pública mais moderna e acessível (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

O município de Brasil Novo apresentou um comportamento relativamente estável e em patamares baixos quanto à violência contra a mulher por parceiros ao longo do período. Em 2019, o índice era de 13 casos por 100 mil habitantes, atingindo o mínimo de 0 em 2020. A partir de 2021, o indicador subiu para 20 e se manteve nesse patamar até 2022, antes de recuar para 15 em 2023. Apesar das oscilações, os valores se mantiveram consideravelmente inferiores aos da Região de Integração Xingu e do estado do Pará, sugerindo uma situação menos crítica no município, ao menos sob a ótica dos registros oficiais (Gráfico 9).

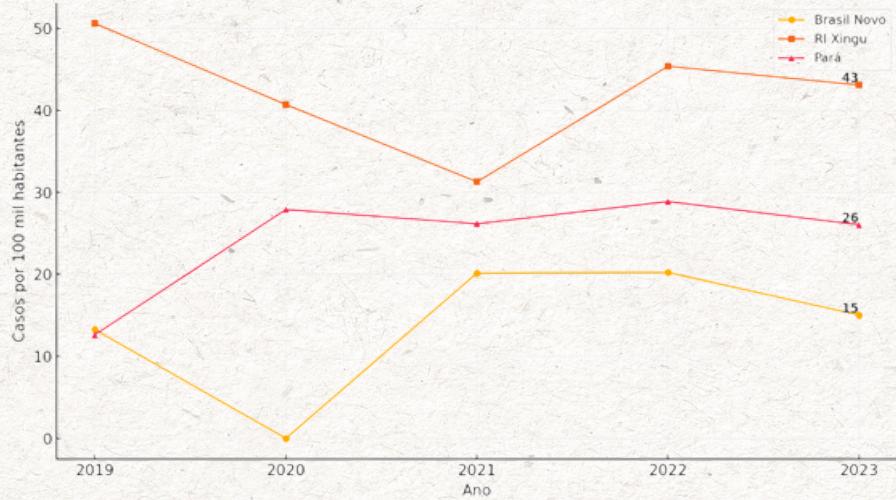


A Região de Integração Xingu apresentou taxas elevadas ao longo de todo o período, com destaque para 2019 (50,4) e novo pico em 2022 (45,6). Mesmo com uma leve redução para 43 em 2023, os números permanecem significativamente altos, sinalizando um problema estrutural de violência de gênero na região. Já o estado do Pará apresentou comportamento mais moderado, mas crescente, saindo de 12,7 casos em 2019 para 26 em 2023, o que pode refletir tanto maior visibilidade do problema quanto deficiências na efetividade das políticas de enfrentamento (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

A baixa taxa em Brasil Novo pode indicar uma realidade de menor violência doméstica, mas também pode refletir subnotificação, sobretudo nos anos de pandemia, quando o acesso das mulheres aos serviços de denúncia foi dificultado. O fato de o município ter oscilado entre valores muito baixos e picos pontuais reforça a importância de se considerar tanto a existência de redes de proteção quanto a confiança da população em denunciá-las. A continuidade da queda em 2023 é um sinal positivo, mas ainda exige monitoramento atento (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Brasil Novo apresentou forte oscilação na participação feminina em cargos gerenciais ao longo do período. O indicador começou em 2019 com 44,8%, alcançou um pico em 2020 com 56,2%, e depois caiu para 41,7% em 2021. Essa variação pode refletir movimentos conjunturais no mercado de trabalho local, como entrada e saída de lideranças femininas em setores públicos ou privados, além de mudanças no padrão de contratação gerencial com impacto de gênero (Gráfico 10).



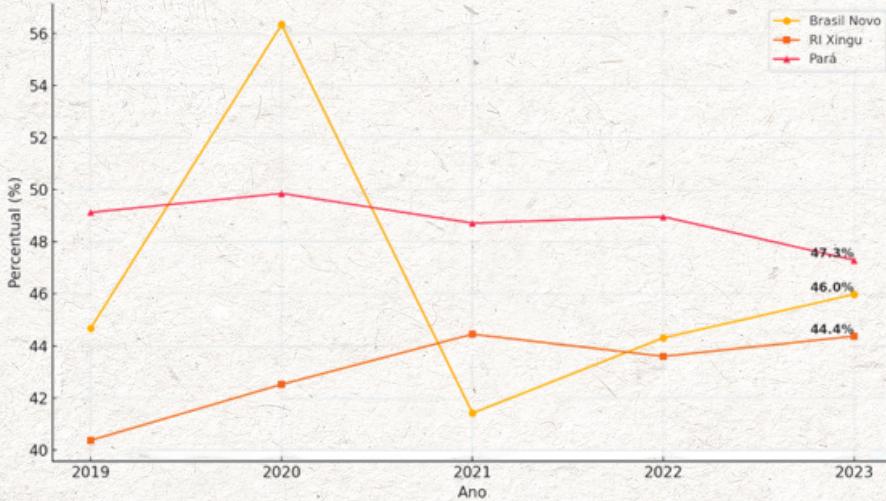


Após a queda de 2021, o município voltou a apresentar crescimento no percentual de mulheres em cargos de gestão, subindo para 44,2% em 2022 e 46,0% em 2023. Esse crescimento progressivo pode indicar o fortalecimento de políticas afirmativas locais ou de uma cultura organizacional mais aberta à equidade de gênero no topo das estruturas institucionais. Ainda assim, os valores seguem levemente abaixo da média estadual, o que sinaliza margem para ampliação dessa representatividade (Gráfico 10).

A RI Xingu e o estado do Pará mostraram maior estabilidade ao longo da

série. A RI Xingu cresceu de 40,3% em 2019 para 44,4% em 2023, enquanto o Pará manteve-se próximo aos 49% durante quase todo o período, fechando 2023 com 47,3%. Isso coloca o estado em posição de liderança em termos de presença feminina na gestão, o que pode servir de referência para municípios como Brasil Novo. A tendência de crescimento recente no município é positiva e deve ser consolidada por meio de estratégias contínuas de empoderamento e inclusão de mulheres em posições de liderança (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Brasil Novo apresentou ao longo do período analisado um percentual extremamente baixo da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto. Entre 2019 e 2021, o indicador permaneceu praticamente estável em torno de 0,9%, com uma leve queda a partir de 2022, atingindo 0,6% em 2023. Esses números revelam uma cobertura de saneamento quase inexistente para a população mais vulnerável, demonstrando uma grave deficiência estrutural e histórica no município quanto à inclusão sanitária (Gráfico 11).

Em contraste, a Região de Integração do Xingu mostrou evolução constante no indicador, saindo de 5,3% em 2019 e atingindo 11,9% em 2023. O mesmo comportamento é observado no estado do Pará, que subiu de 7% para 11,5% no mesmo intervalo. Essa diferença revela que, enquanto outras localidades avançaram em ampliar o acesso ao serviço entre a população de baixa renda, Brasil Novo permaneceu estagnado, aprofundando a desigualdade territorial no saneamento básico (Gráfico 11).

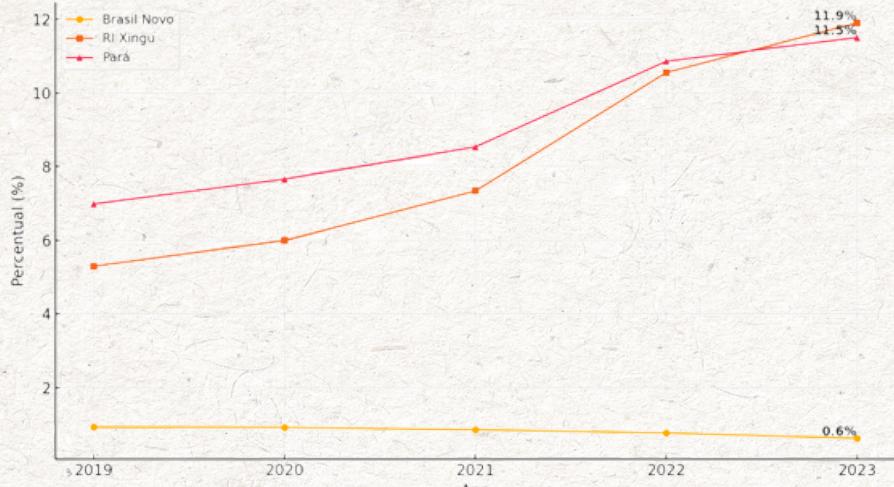
Essa realidade compromete

diretamente as condições de saúde e dignidade da população de baixa renda do município, uma vez que o acesso à coleta de esgoto é essencial para o controle de doenças e a qualidade de vida. A baixa cobertura também pode indicar ausência de políticas públicas específicas voltadas à universalização do serviço ou limitações técnicas e financeiras para sua expansão. Portanto, é urgente que sejam priorizadas ações estruturantes que promovam a ampliação da rede de esgoto, especialmente nas áreas mais vulneráveis (Gráfico 11).





Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Brasil Novo apresentou valores praticamente nulos de investimento per capita em saneamento entre 2019 e 2021, o que ajuda a explicar o desempenho extremamente baixo no indicador de cobertura da coleta de esgoto. Em 2022, observa-se uma elevação significativa no gasto, alcançando R\$ 33 por habitante, indicando uma tentativa pontual de retomada dos investimentos na área. No entanto, esse esforço não se sustentou, já que em 2023 os gastos recuaram drasticamente para apenas R\$ 8 por habitante (Gráfico 12).

Enquanto isso, tanto a Região de Integração do Xingu quanto o estado do Pará apresentaram níveis consistentemente superiores de investi-

mento ao longo do período. O Xingu teve variações, mas ainda manteve um patamar entre R\$ 27 e R\$ 52 por habitante, finalizando 2023 com R\$ 49. Já o Pará mostrou maior vigor, saltando de R\$ 80 em 2019 para um pico de R\$ 154 em 2022, encerrando com R\$ 137 em 2023. Esses dados demonstram um compromisso mais robusto dos demais recortes territoriais com a expansão e manutenção da infraestrutura de saneamento (Gráfico 12).

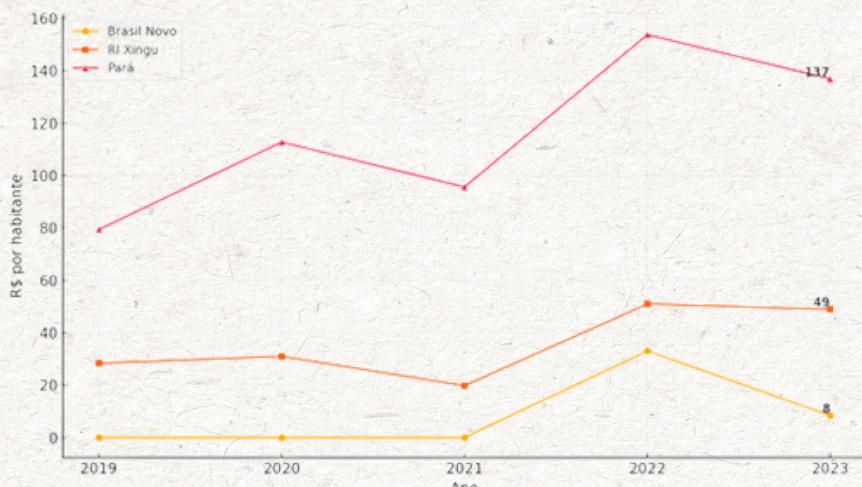
A situação de Brasil Novo revela um cenário de descaso ou incapacidade orçamentária persistente no setor, com investimentos insuficientes para enfrentar o déficit histórico no acesso aos serviços básicos.

A queda dos gastos em 2023, após breve melhora, sugere falta de continuidade e planejamento de longo prazo. Isso reforça a necessidade urgente de políticas públicas integradas, com apoio técnico e financeiro estadual e federal, para garantir avanços sustentáveis no saneamento local (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



Entre 2019 e 2021, Brasil Novo apresentou uma trajetória de crescimento no consumo de energia elétrica per capita, passando de 1.035 kWh para 1.148 kWh. Esses números indicam expansão no acesso à energia e/ou aumento do uso domiciliar, o que pode estar associado à urbanização, ao crescimento de atividades produtivas locais ou mesmo à digitalização de rotinas, sobretudo durante o período da pandemia. Nesse intervalo, o município manteve um desempenho superior ao da Região de Integração Xingu e ao próprio estado do Pará (Gráfico 13).

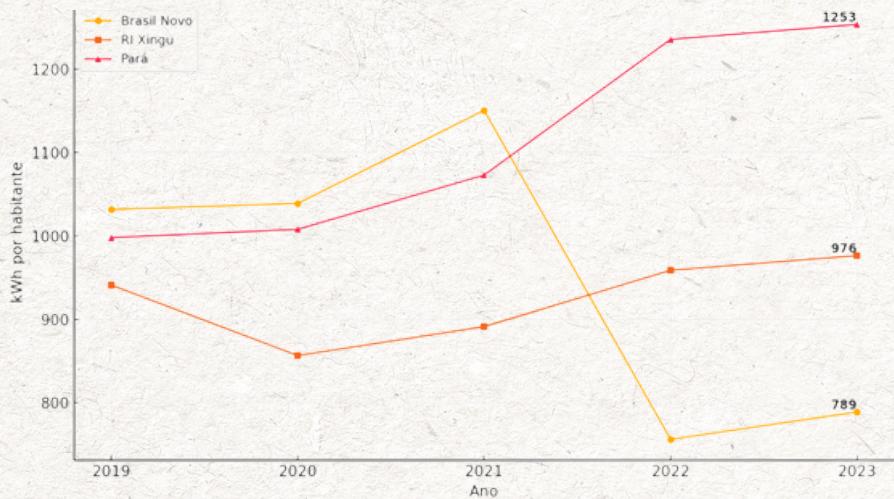


Contudo, em 2022, houve uma queda acentuada no consumo em Brasil Novo, atingindo apenas 753 kWh/hab., o menor valor da série histórica do município. Em 2023, houve leve recuperação para 789 kWh, mas ainda muito abaixo dos níveis anteriores. Essa redução pode indicar retrocessos no acesso à energia, dificuldades econômicas da população, queda da atividade econômica local ou até problemas na infraestrutura elétrica. Enquanto isso, tanto a RI Xingu quanto o estado do Pará apresentaram crescimento contínuo, atingindo 976 kWh e 1.253 kWh/hab., respectivamente.

mente, em 2023 (Gráfico 13).

A perda de posição relativa de Brasil Novo frente aos demais territórios evidencia um possível enfraquecimento estrutural da rede energética ou redução do poder de consumo da população. O contraste entre a queda local e o crescimento estadual sinaliza que o município não acompanhou o avanço da infraestrutura energética observado em outras regiões, o que pode impactar negativamente o desenvolvimento social e econômico, sobretudo em comunidades mais vulneráveis (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 789 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Brasil Novo apresentou uma tendência constante de redução no percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil ao longo do período analisado, saindo de 2,4% em 2019 para 1,6% em 2023. Essa trajetória de queda representa um avanço significativo na substituição de fontes precárias de energia por alternativas mais modernas e sustentáveis, como a energia elétrica convencional, contribuindo para maior segurança, conforto e qualidade de vida das famílias de baixa renda (Gráfico 14).



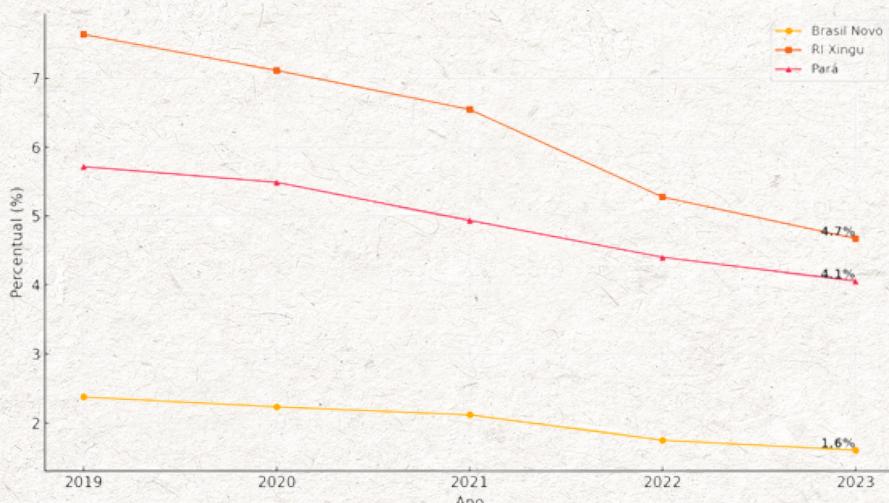
Comparativamente, tanto a RI Xingu quanto o estado do Pará também apresentaram reduções consistentes no indicador, mas com níveis iniciais e finais superiores aos de Brasil Novo. Em 2023, a RI Xingu atingiu 4,7%, e o estado do Pará, 4,1%. Isso indica que, apesar das limitações em outros aspectos energéticos, Brasil Novo conseguiu se destacar positivamente na transição de seus domicílios vulneráveis para formas mais modernas de iluminação, o que pode refletir políticas locais bem-sucedidas de inclusão energética ou progra-

mas habitacionais integrados (Gráfico 14).

Essa melhoria contínua no município é relevante do ponto de vista social e ambiental, pois representa um passo importante na erradicação da pobreza energética. A manutenção dessa tendência, aliada ao fortalecimento do consumo elétrico per capita, pode consolidar avanços significativos na universalização do acesso à energia, fortalecendo a capacidade produtiva e a cidadania das famílias de baixa renda em Brasil Novo (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



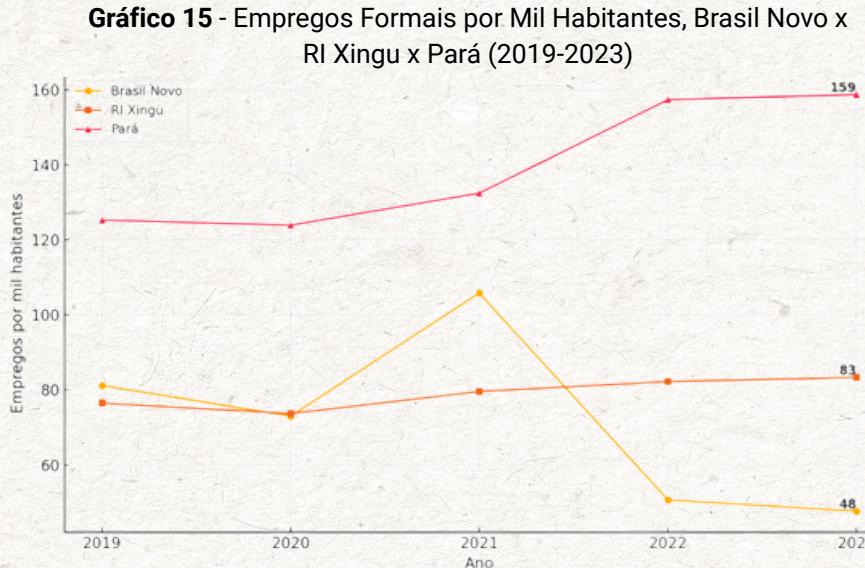
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o município de Brasil Novo apresentou uma evolução significativa na geração de empregos formais por mil habitantes. O indicador, que era de 81 em 2019 e caiu ligeiramente para 73 em 2020 – possivelmente impactado pelos efeitos iniciais da pandemia –, saltou para 106 em 2021, superando os níveis da Região de Integração Xingu e se aproximando mais da média estadual. Esse crescimento pode refletir a reabertura econômica, incentivos ao setor produtivo local ou um processo de formalização do trabalho anteriormente informal (Gráfico 15).

A partir de 2022, no entanto, o cenário muda drasticamente. O número de empregos formais por mil habitantes em Brasil Novo caiu para 51 em 2022 e recuou ainda mais em 2023, chegando a apenas 48. Esse declínio acentuado aponta para um enfraquecimento do mercado formal local, possivelmente em função da retração de setores específicos, ausência de políticas de incentivo à formalização ou dificuldades estruturais na manutenção de postos de trabalho com carteira assinada no município (Gráfico 15).



Em contrapartida, tanto a RI Xingu quanto o estado do Pará apresentaram crescimento contínuo no indicador ao longo do período. A RI Xingu subiu de 76 para 83 empregos formais por mil habitantes, enquanto o Pará, em trajetória ascendente, saltou de 125 para 159 no mesmo intervalo. Esse contraste evidencia que, apesar de ter mostrado potencial de crescimento em 2021, Brasil Novo não conseguiu manter um padrão sustentável de geração de emprego formal, sinalizando necessidade de ações estruturantes para dinamizar sua economia e ampliar a inclusão produtiva (Gráfico 15).



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Entre 2018 e 2021, o município de Brasil Novo apresentou crescimento constante no PIB per capita, passando de cerca de R\$ 16,4 mil para um pico de aproximadamente R\$ 25,5 mil em 2021. Contudo, em 2022, observou-se uma queda abrupta no indicador, retornando ao patamar inicial de R\$ 16,1 mil. Esse recuo pode sinalizar uma desaceleração significativa da atividade econômica municipal, possivelmente associada à queda da produção ou à perda de participação em setores mais dinâmicos da economia (Gráfico 16).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento do



PIB per capita foi mais estável entre 2018 e 2020, com valores próximos de R\$ 27 mil, mas com forte aceleração nos anos seguintes, atingindo R\$ 31,6 mil em 2022.

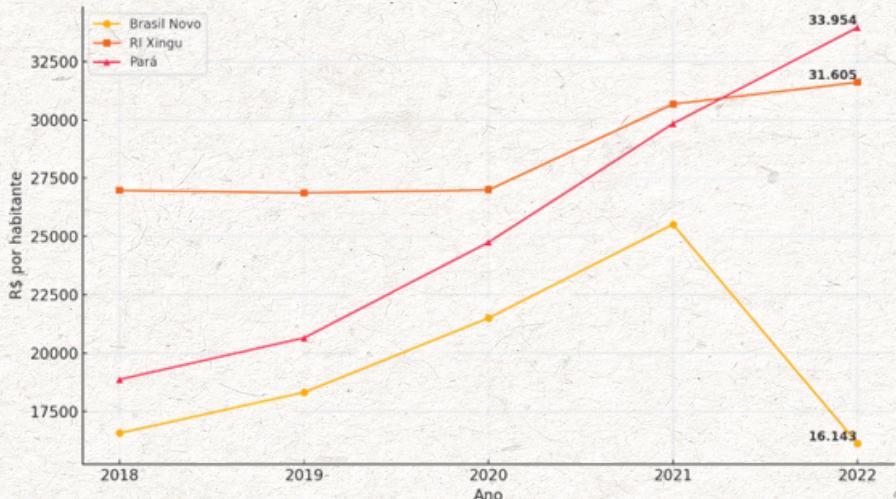
Essa trajetória revela uma retomada econômica regional mais consistente, especialmente a partir de 2021, possivelmente impulsionada por investimentos em setores estratégicos ou por maior integração produtiva entre os municípios da RI (Gráfico 16).

Já no estado do Pará, o crescimento foi mais contínuo e expressivo ao longo de todo o período analisado, saltando de R\$ 18,9 mil em 2018 para R\$ 33,9 mil em 2022. Essa evolução aponta para uma dinâmica econômica estadual positiva, com ampliação da produtividade e diversificação da base econômica.



Gráfico16 - PIB per capita, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2018-2022)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16.143/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: IBGE.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Brasil Novo, o percentual de participação da indústria no PIB manteve-se em níveis bastante baixos durante todo o período, oscilando entre 4,1% e 4,6%. Isso evidencia uma estrutura econômica local fortemente dependente de outros setores, como a agropecuária e os serviços, com limitada presença de atividades industriais. Apesar da leve oscilação anual, o dado de 2022 (4,1%) reforça a ausência de avanço significativo na industrialização do município (Gráfico 17).

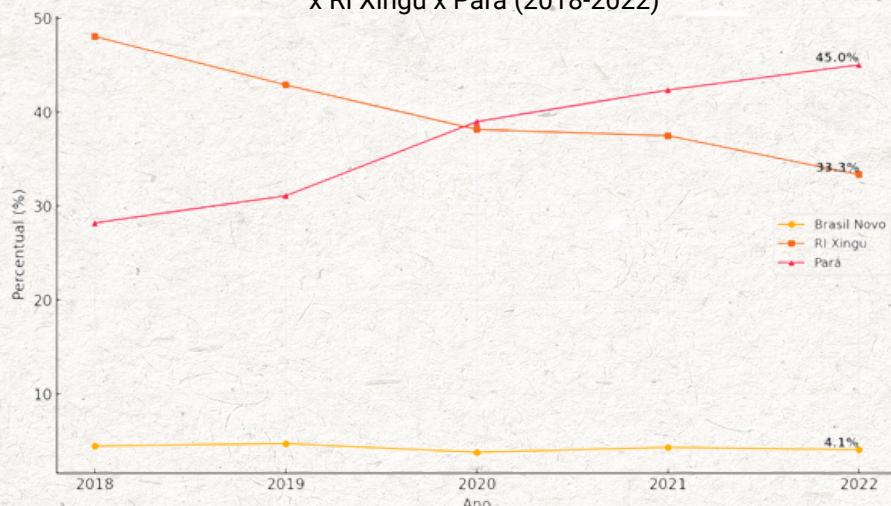
A RI Xingu, por sua vez, iniciou 2018 com expressiva participação industrial no PIB (48%), mas apresentou trajetória de queda contínua ao longo dos anos, atingindo 33,3% em 2022. Embora o percentual ainda seja relevante, essa redução pode indicar uma perda de protagonismo da indústria na composição do valor adicionado regional, possivelmente por reestruturações produtivas, desindustrialização relativa ou maior dinamismo de outros setores (Gráfico 17).

Em contrapartida, o estado do Pará experimentou uma tendência oposta, com crescimento contínuo do valor adicionado da indústria no PIB: de 28% em 2018 para 45% em 2022. Esse comportamento sugere uma industrialização crescente no estado, com destaque para setores como mineração, transformação e energia. Esse avanço reforça o papel da indústria como motor da economia paraense, especialmente nas regiões com infraestrutura logística mais desenvolvida (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2021, o município de Brasil Novo manteve um número estável de profissionais da ciência por 100 mil habitantes (cerca de 8,6), mas apresentou um crescimento abrupto em 2021, atingindo o pico de 18 profissionais. No entanto, esse aumento não se sustentou: a partir de 2022, o



indicador sofreu queda acentuada, chegando a 6 em 2023, valor inferior ao registrado no início da série. Essa oscilação pode estar relacionada a contratações pontuais ou projetos temporários, seguidos de descontinuidade ou evasão desses profissionais (Gráfico 18).

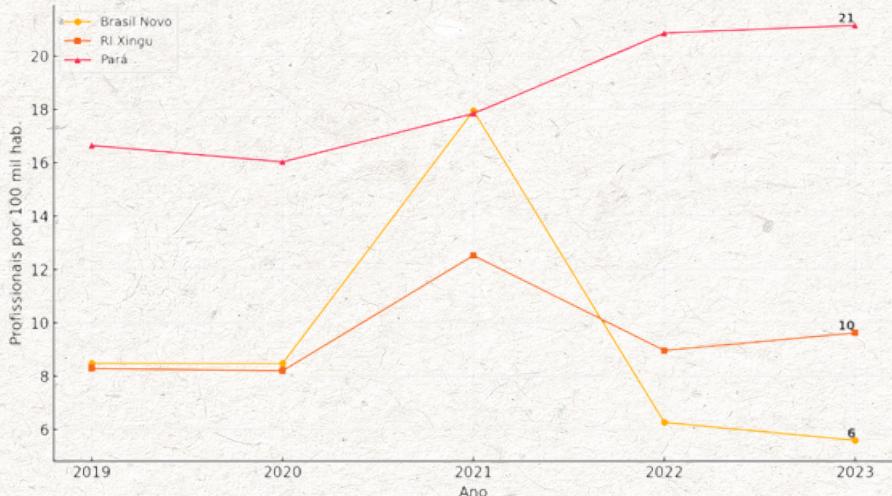


Na Região de Integração do Xingu, o número de profissionais por 100 mil habitantes também seguiu uma trajetória inicial estável entre 2019 e 2020, com leve crescimento em 2021 (chegando a 12,6). A partir daí, o indicador recuou e oscilou levemente, encerrando 2023 com 10 profissionais por 100 mil habitantes. Essa trajetória indica uma presença mais estável e resiliente desses profissionais na RI Xingu em comparação com o município, embora sem um avanço expressivo no período (Gráfico 18).



Já no estado do Pará, o comportamento foi claramente ascendente. O indicador cresceu de 16,7 em 2019 para 21 em 2023, evidenciando um esforço contínuo de expansão da presença de profissionais da ciência no território estadual. Essa tendência positiva pode refletir investimentos públicos ou privados em pesquisa, inovação e ensino superior, bem como políticas de interiorização e valorização da ciência, tecnologia e inovação em escala estadual. A estabilidade e o crescimento contínuo indicam um cenário mais estruturado e promissor para a atuação científica no Pará como um todo (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

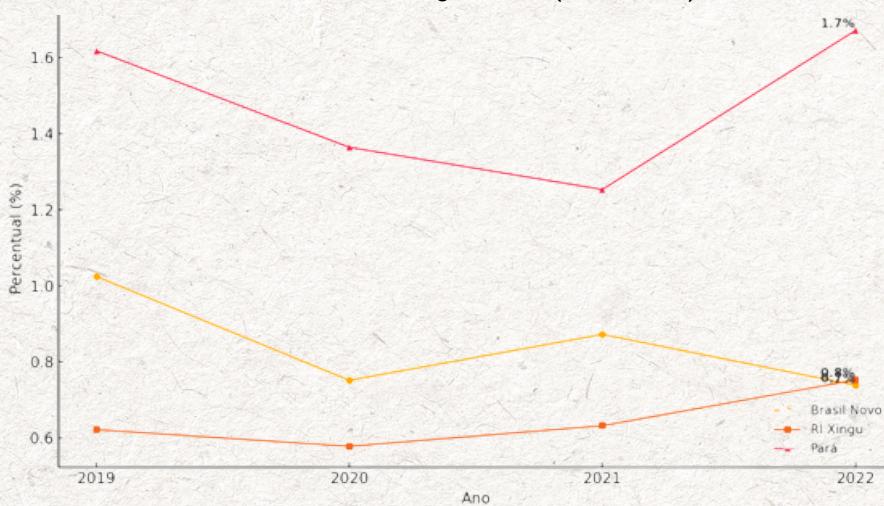
Entre 2019 e 2022, o município de Brasil Novo apresentou oscilações no indicador de massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB, iniciando com 1,02% em 2019, caindo para 0,75% em 2020, subindo para 0,87% em 2021 e recuando novamente para 0,76% em 2022. Essa variação evidencia certa instabilidade na relação entre o total de salários pagos a trabalhadores formais e a geração de riqueza municipal. A queda em 2022, após uma leve recuperação no ano anterior, pode indicar fragilidade no mercado de trabalho formal ou crescimento do PIB dissociado de aumentos salariais (Gráfico 19).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi mais estável, partindo de 0,63% em 2019 e caindo levemente para 0,57% em 2020. Nos anos seguintes, observou-se uma recuperação gradual, atingindo 0,72% em 2022. Essa trajetória aponta para uma leve valorização da massa salarial formal em relação ao PIB regional, ainda que os percentuais se mantenham em patamares baixos. A recuperação pode refletir melhorias no mercado formal de trabalho, ainda que o impacto sobre a renda agregada regional permaneça limitado (Gráfico 19).

No estado do Pará, o indicador iniciou em 1,62% em 2019,

apresentou queda nos dois anos seguintes – atingindo 1,26% em 2021 –, e depois cresceu novamente, alcançando 1,70% em 2022. Esse movimento de queda e recuperação pode estar atrelado aos efeitos da pandemia da COVID-19 e à posterior retomada econômica. O resultado de 2022, acima do valor de 2019, indica um fortalecimento do vínculo entre emprego formal e geração de riqueza estadual, possivelmente impulsionado pela expansão de setores formais da economia e por políticas públicas de incentivo à formalização do trabalho (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

Em Brasil Novo, o indicador de acesso à telefonia móvel apresentou uma significativa elevação entre 2020 e 2021, saltando de 71 para mais de 105 linhas por 100 habitantes. Esse aumento pode refletir um pico na ativação de linhas, possivelmente associado à pandemia e à maior demanda por comunicação digital. Contudo, nos anos seguintes, o município registrou forte queda, atingindo apenas 64 linhas em 2023, patamar inferior ao de 2020, o que pode indicar cancelamentos de linhas, migração para outras tecnologias ou dificuldades na manutenção do serviço (Gráfico 20).

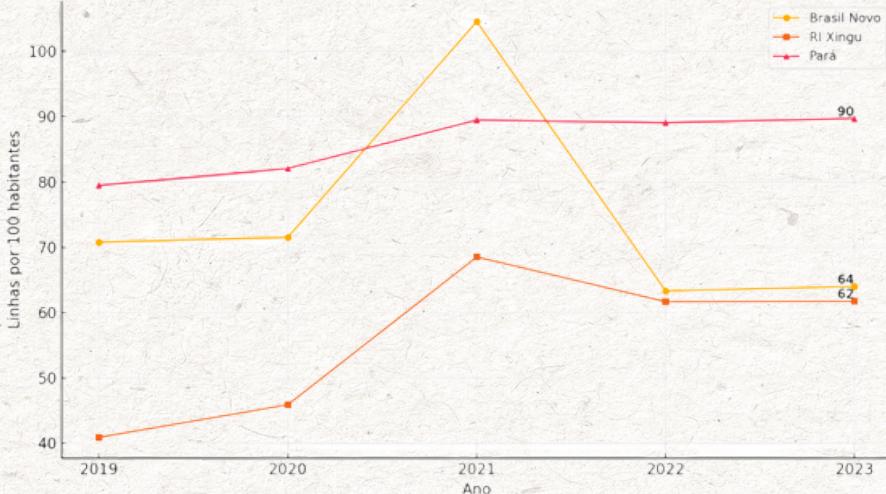
Na Região de Integração do Xingu, a trajetória também foi de crescimento entre 2019 e 2021, partindo de 41 para 68 linhas por 100 habitantes. A partir de 2022, houve queda para 62 linhas, mantendo-se nesse patamar até 2023. Embora menos acentuada que no município, a oscilação regional indica certa instabilidade no acesso, sugerindo que a expansão do serviço ainda enfrenta desafios de cobertura, infraestrutura ou acessibilidade econômica na RI (Gráfico 20).





O estado do Pará, por sua vez, demonstrou evolução mais contínua e estável no indicador. O número de linhas por 100 habitantes cresceu de 79 em 2019 para 90 em 2021, mantendo-se nesse patamar até 2023. Essa estabilidade pode refletir maior maturidade do mercado de telefonia móvel no estado, com ampla cobertura e maior poder aquisitivo da população para manter o serviço. O desempenho superior em relação à RI e ao município reforça a centralização da infraestrutura nas áreas mais urbanizadas (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

O município de Brasil Novo apresentou altos níveis de despesa per capita com cultura e gestão ambiental em 2019 e 2020, atingindo o pico de aproximadamente R\$ 195 por habitante em 2020. A partir desse ano, contudo, houve queda contínua, encerrando 2023 com R\$ 73 por habitante. Essa trajetória pode indicar uma redução orçamentária ou uma reorientação das prioridades fiscais do município, com possível impacto negativo sobre a promoção da cultura e da sustentabilidade ambiental local (Gráfico 21).

Na RI Xingu, a despesa per capita se manteve relativamente estável entre 2019 e 2021, com variação entre R\$ 56 e R\$ 66. A partir de 2022, observou-se crescimento contínuo, atingindo R\$ 88 por habitante em 2023. Esse aumento recente pode sinalizar uma ampliação do investimento regional nessas áreas, talvez impulsionada por incentivos estaduais, programas federais ou maior sensibilização dos governos locais quanto à importância de políticas culturais e ambientais (Gráfico 21).

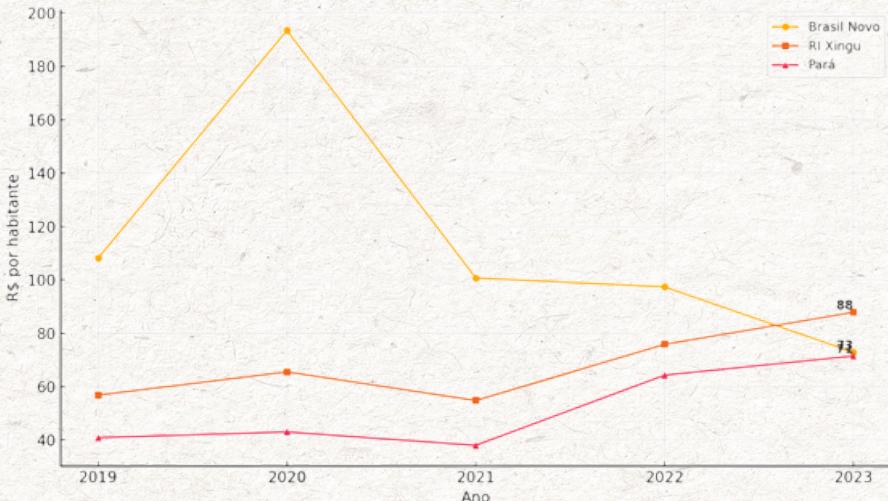
Já o estado do Pará apre-

sentou os menores valores ao longo do período, variando de cerca de R\$ 38 a R\$ 73 por habitante. Após uma leve queda até 2021, a despesa cresceu significativamente em 2022 e 2023, indicando possível retomada de investimentos. Ainda assim, o nível estadual permanece inferior ao da RI Xingu e ao de Brasil Novo (com exceção de 2023), o que pode refletir uma distribuição descentralizada dos recursos ou menor prioridade para essas áreas na esfera estadual (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 73/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





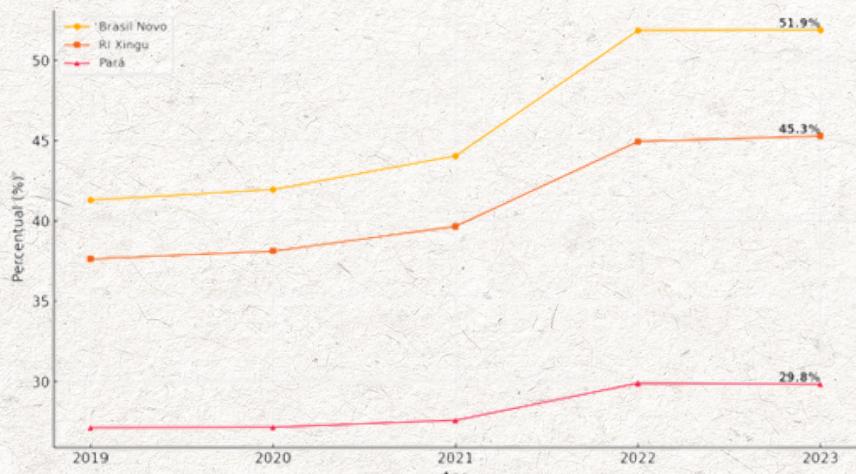
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

No município de Brasil Novo, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo apresentou crescimento contínuo entre 2019 e 2022, passando de 41,2% para 51,9%, e mantendo esse patamar em 2023. Essa elevação indica um agravamento na precariedade do serviço de coleta de resíduos sólidos destinado à população de baixa renda, sugerindo ausência ou ineficiência das políticas públicas de saneamento e destinação de resíduos domiciliares. A manutenção do alto índice em 2023 reforça a persistência do problema (Gráfico 22).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento do indicador foi semelhante, com aumento gradual de 37,6% em 2019 para 45,3% em 2023. Esse crescimento, embora um pouco menos acentuado que o do município, também reflete limitações estruturais no atendimento à população de baixa renda no que diz respeito à gestão adequada dos resíduos sólidos. A alta percentagem em 2023 evidencia a permanência da prática de queima ou enterramento, o que acarreta impactos ambientais e riscos à saúde (Gráfico 22).

O estado do Pará apresentou percentuais significativamente menores ao longo de todo o período, embora também tenha registrado leve crescimento, passando de 27,2% em 2019 para 29,8% em 2023. Apesar da evolução ser menos crítica, o dado ainda revela que quase um terço da população de baixa renda no estado recorre a métodos inadequados de descarte do lixo. Esse cenário aponta para desigualdades regionais dentro do estado e reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes para ampliação da cobertura da coleta de resíduos (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



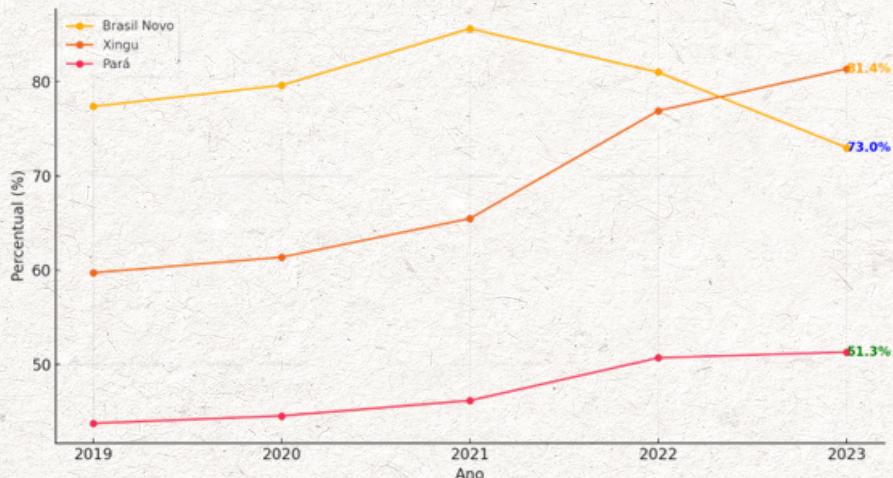
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em 2019, 77,3% da população de baixa renda utilizava fossa rudimentar em Brasil Novo. Em 2020, o indicador cresceu para 79,5% e, em 2021, atingiu o pico de 85,3%. A partir de 2022, o percentual começou a cair, marcando 81,1%. Em 2023, a redução foi ainda mais significativa, atingindo 73,0%. Esse comportamento revela uma melhora recente nas condições sanitárias, embora o patamar ainda seja elevado em comparação ao restante do estado (Gráfico 23).

Na RI do Xingu, o percentual inicial era

de 59,9% em 2019. Ao longo dos anos, houve crescimento contínuo: 61,5% em 2020, 65,7% em 2021 e 76,9% em 2022. Em 2023, o indicador atingiu 81,4%, ultrapassando o próprio município de Brasil Novo. Já no estado do Pará, o indicador partiu de 43,5% em 2019 e apresentou uma elevação constante até alcançar 51,3% em 2023. Ainda que o percentual estadual seja inferior aos demais níveis, o aumento contínuo indica agravamento nas condições de saneamento entre a população de baixa renda (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



No município de Brasil Novo, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram grande volatilidade entre 2019 e 2023. O indicador saltou de R\$ 263 em 2019 para R\$ 432 em 2020, caiu bruscamente para R\$ 182 em 2021, e então disparou em 2022, atingindo o pico de R\$ 692. Em 2023, houve nova retração para R\$ 494. Essa oscilação evidencia uma gestão orçamentária reativa, possivelmente relacionada a eventos climáticos extremos ou variações na disponibilidade de recursos.

Apesar da redução em 2023, o valor permanece elevado, indicando alguma priorização da área no período recente (Gráfico 24).

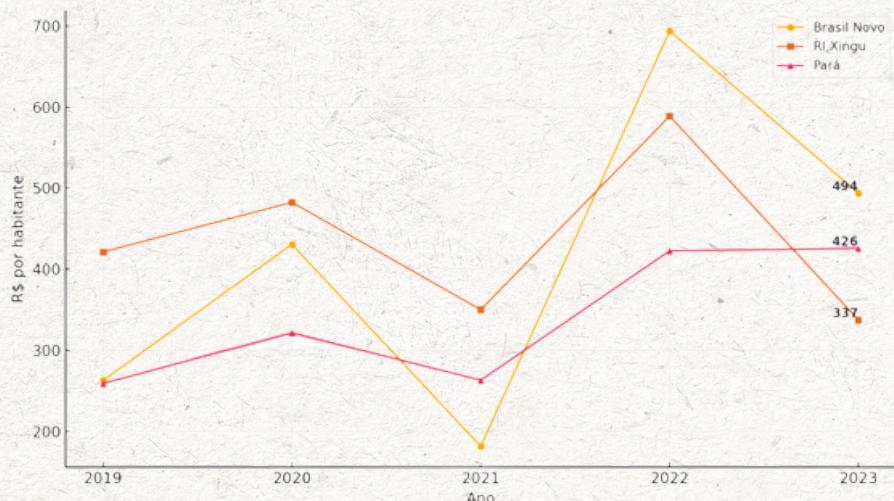
Na Região de Integração do Xingu, o indicador manteve-se em patamares mais altos e com menor volatilidade em comparação com o município. Em 2019, os gastos eram de R\$ 421 por habitante, crescendo até R\$ 484 em 2020, seguido por uma queda em 2021 (R\$ 351), retomada em 2022 (R\$ 587) e nova queda em 2023 (R\$ 337). A RI demonstra certa consistência



na alocação de recursos, mas a redução observada no último ano pode sinalizar readequações orçamentárias ou menor ocorrência de riscos ambientais críticos (Gráfico 24).

No estado do Pará, os gastos evoluíram de forma mais gradual, partindo de R\$ 261 em 2019 e chegando a R\$ 426 em 2023. Apesar de uma leve queda em 2021 (R\$ 263), o indicador teve recuperação e crescimento contínuo até o final do período. Essa trajetória sugere uma política estadual mais estável de prevenção a desastres, ainda que com valores ligeiramente inferiores aos da RI Xingu e de Brasil Novo nos anos de maior investimento. A consistência na evolução pode refletir ações estruturantes de médio e longo prazo (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 494/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

No município de Brasil Novo, o indicador de despesa com preservação aquática é praticamente inexistente entre 2019 e 2022, com valores nulos registrados ao longo desse período. Apenas em 2023 foi identificado um pequeno valor de R\$ 1 por habitante. Essa ausência de investimentos indica uma clara negligência da pauta ambiental aquática no orçamento municipal, o que é preocupante considerando a importância da gestão de recursos hídricos em um estado com alta densidade hidrográfica como o Pará (Gráfico 25).



A Região de Integração do Xingu demonstrou maior atenção à preservação aquática, com evolução gradual de R\$ 63 em 2019 para R\$ 91 em 2021. Após leve queda em 2022 (R\$ 72), houve aumento expressivo em 2023, alcançando R\$ 143 por habitante. Esse comportamento aponta para um esforço mais consistente da região em integrar a pauta hídrica à agenda ambiental, especialmente no contexto amazônico onde a proteção de

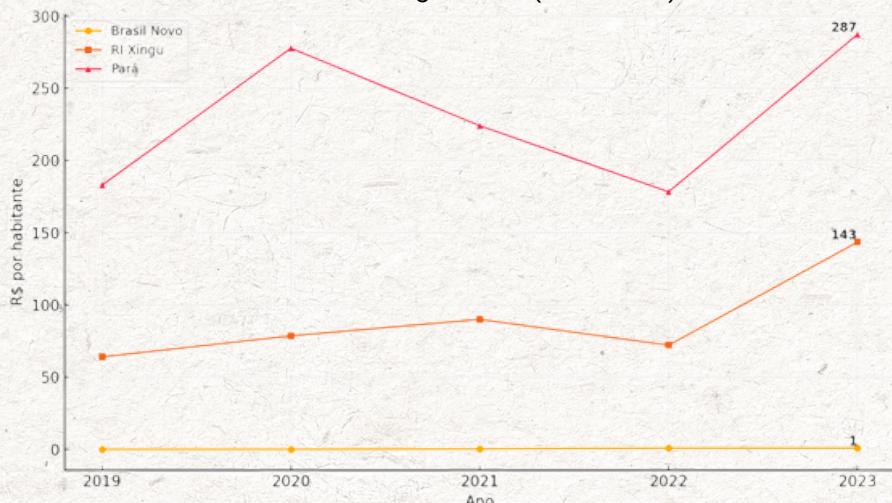
rios e igarapés é estratégica para o desenvolvimento sustentável e a saúde pública (Gráfico 25).

No estado do Pará, os valores são os mais elevados da série, com destaque para os picos de R\$ 273 em 2020 e R\$ 287 em 2023. Apesar de uma oscilação intermediária – com queda para R\$ 178 em 2022 – o padrão é de altos investimentos, refletindo uma prioridade estadual para a conservação dos recursos hídricos.



O aumento em 2023 sugere possível renovação de programas, políticas ou parcerias voltadas à preservação aquática. O desempenho estadual contrasta fortemente com a negligência do município, evidenciando disparidades na implementação de políticas ambientais (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Brasil Novo, a proporção de área coberta por floresta apresentou uma tendência de queda ao longo do período analisado. Em 2019, a cobertura florestal representava 57,4% da área total, reduzindo-se gradualmente até atingir 52,9% em 2023. Essa redução contínua revela um processo persistente de perda de cobertura vegetal, sinalizando pressão antrópica crescente, provavelmente vinculada à expansão agropecuária e ao uso intensivo do solo sem medidas compensatórias adequadas (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Xingu, a trajetória do indicador foi marcada por uma queda abrupta entre 2021 e 2022 – de 77,9% para 58,1% – seguida

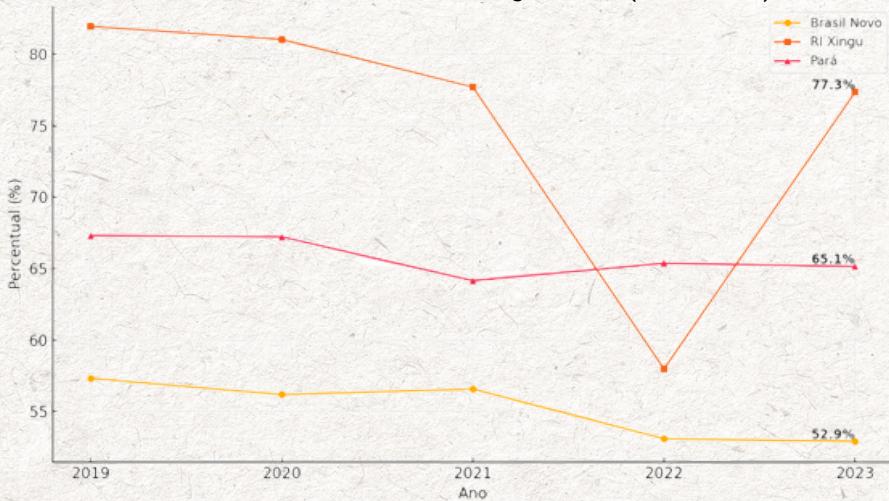
de uma forte recuperação em 2023, alcançando 77,3%. Esse padrão pode estar relacionado a variações metodológicas, revisões de mapeamento, ou mesmo a ações pontuais de recomposição florestal ou ajustes nos dados. De qualquer forma, o patamar final

ainda indica que a região mantém expressiva cobertura florestal, embora vulnerável a oscilações rápidas (Gráfico 26).

O estado do Pará apresentou uma trajetória mais estável, mas ainda assim com redução. O percentual de área de floresta caiu de 67,1% em 2019 para 65,1% em 2023, com a maior queda registrada entre 2020 e 2021. Apesar de moderada, essa perda progressiva de vegetação nativa reflete o avanço da fronteira econômica sobre áreas ambientalmente sensíveis. A estabilidade observada a partir de 2021 sugere algum controle mais efetivo, mas ainda distante de uma reversão do desmatamento (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Brasil Novo, a área desmatada apresentou crescimento contínuo ao longo do período, passando de 42,8% em 2019 para 44,9% em 2023. O aumento, embora gradual, indica uma tendência preocupante de conversão de áreas naturais para outros usos, reforçando o padrão de degradação ambiental já evidenciado na queda do percentual de cobertura florestal. A persistência dessa trajetória sugere ausência de políticas locais eficazes de contenção do desmatamento (Gráfico 27).

Na RI Xingu, o comportamento foi mais volátil. De 2019 a 2021, o percentual de área desmatada cresceu de 13,5% para 15,1%, mas em 2022 houve um salto expressivo para 33,1%, seguido de uma forte redução para 16,3% em 2023.

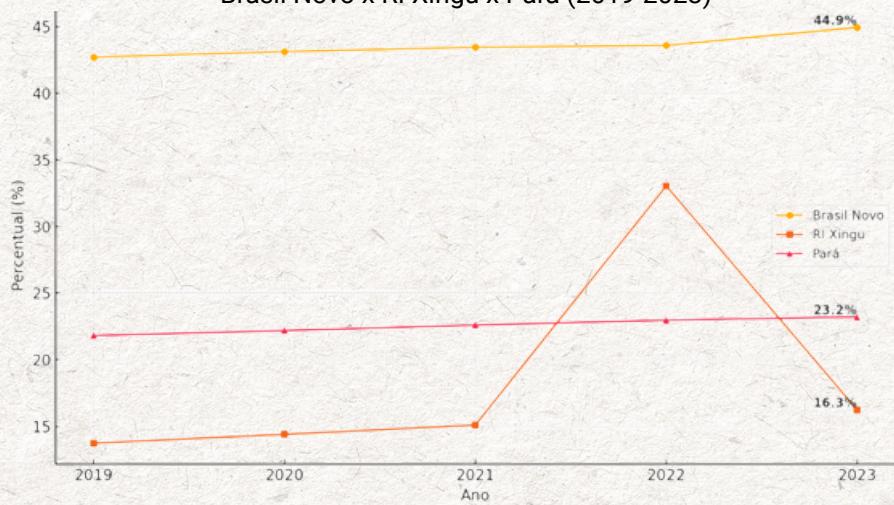
Essa oscilação abrupta pode estar associada a fatores pontuais, como intensificação do monitoramento, regularização fundiária ou políticas de controle territorial aplicadas de forma reativa. A queda final é positiva, mas a instabilidade do indicador acende alerta quanto à sustentabilidade do uso do solo na região (Gráfico 27).

O estado do Pará mostrou um crescimento constante, mas em ritmo mais lento, passando de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023. Embora menos acelerada, essa expansão da área desmatada reflete uma tendência ainda predominante de pressão sobre os ecossistemas, mesmo com a intensificação das agendas de conservação nos últimos anos.

A manutenção desse crescimento reforça a necessidade de políticas ambientais estruturadas e integradas a ações de desenvolvimento sustentável em todo o território estadual (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

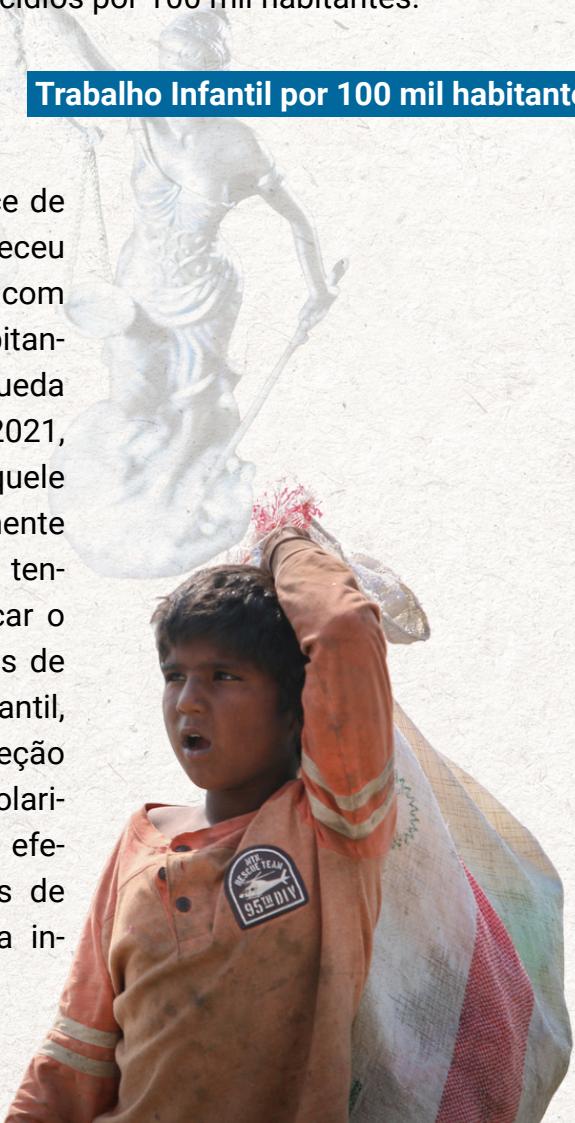
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Brasil Novo, o índice de trabalho infantil permaneceu estável entre 2019 e 2020, com 20 casos por 100 mil habitantes, mas iniciou uma queda progressiva a partir de 2021, alcançando 14 casos naquele ano, 4 em 2022 e finalmente zerando em 2023. Essa tendência positiva pode indicar o sucesso de políticas locais de combate ao trabalho infantil, como programas de proteção social, ampliação da escolarização e fiscalização mais efetiva por parte dos órgãos de assistência e proteção da infância (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi similar, com redução contínua do indicador de 20,4 em 2019 para apenas 2 casos por 100 mil habitantes em 2023. Esse declínio acentuado reforça a hipótese de que, em nível regional, houve esforços coordenados para mitigar o problema, seja por meio de iniciativas educacionais, reforço da rede de proteção ou articulação com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (Gráfico 28).

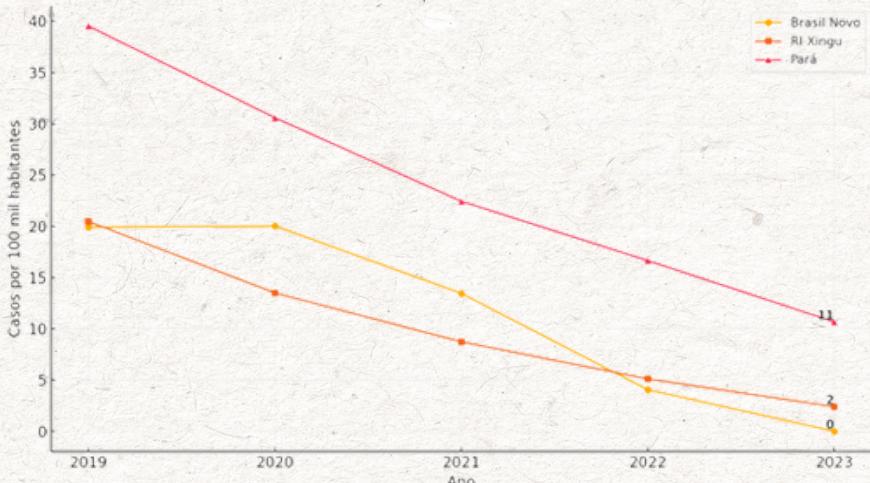
No estado do Pará, embora o índice tenha iniciado o perío-





do em patamar mais elevado (39,3 em 2019), também foi registrada uma trajetória de queda constante, atingindo 11 casos por 100 mil habitantes em 2023. Ainda que a redução seja expressiva, o estado continua com um nível superior ao observado no município e na RI, o que pode indicar desigualdades territoriais nas condições de vulnerabilidade e nos mecanismos de enfrentamento ao trabalho infantil em diferentes regiões do estado (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Brasil Novo, a taxa de homicídios apresentou forte oscilação ao longo do período. O índice cresceu de 53,1 em 2019 para 60,1 em 2020, seguido por uma queda significativa em 2021, chegando a 26,6. Nos dois anos seguintes, a taxa estabilizou-se em torno de 28 homicídios por 100 mil habitantes. Essa queda abrupta pode estar associada a ações específicas de segurança pública, como o aumento do policiamento, programas de mediação de conflitos ou melhorias nas condições sociais locais (Gráfico 29).

Na RI Xingu, a taxa iniciou 2019 com um valor extremamente elevado (73,1), mas caiu drasticamente para 45,5 em 2020. A partir de então, o indicador oscilou pouco, mantendo-se próximo de 50 nos anos seguintes e encerrando 2023 com 49,1. Embora o patamar ainda seja preocupante, a estabilização sugere que a região conseguiu conter a tendência de alta violência letal, ainda que o nível permaneça bem acima das médias nacional e estadual (Gráfico 29).

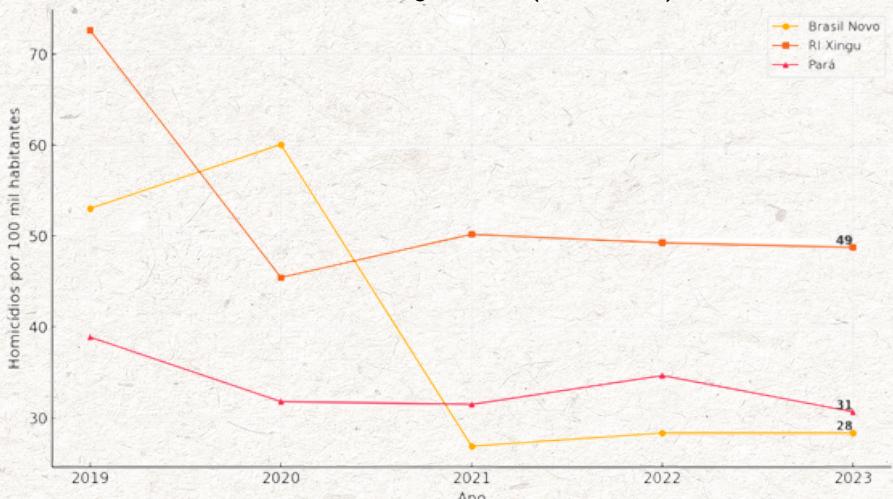
Já no estado do Pará, a trajetória foi de redução mais mo-

derada. O índice caiu de 39,1 em 2019 para 31,1 em 2023, com oscilações discretas ao longo do período. Embora o estado tenha registrado a menor taxa entre os três recortes geográficos em 2023, os valores ainda são elevados para padrões internacionais. A queda aponta avanços em termos de segurança pública e prevenção à violência, mas revela também que os homicídios continuam a representar um desafio estrutural para o desenvolvimento social do estado (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Brasil Novo apresentou oscilações significativas no gasto público municipal como percentual do PIB. O indicador iniciou o período em um patamar elevado, com 22,3%, mas recuou nos anos seguintes, atingindo 19,1% em 2020. A partir de então, houve uma forte elevação em 2021, chegando ao pico de 24,5%, seguida de uma leve queda em 2022, encerrando o ciclo em 23%. Esses dados indicam uma relativa intensidade da presença do poder público na economia municipal, com variações possivelmente associadas a ciclos eleitorais, transferências intergovernamentais e resposta a

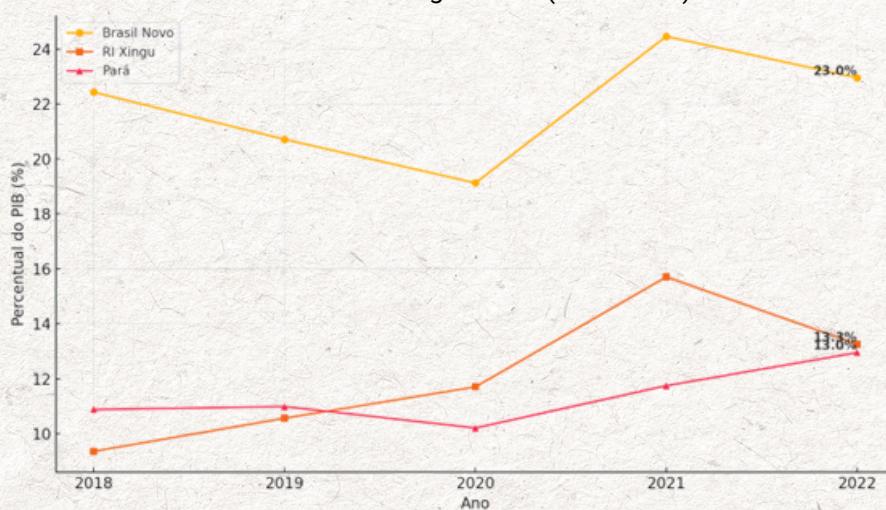
emergências (como a pandemia) (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Xingu, o indicador mostrou crescimento progressivo entre 2018 e 2021, saltando de 9,3% para 15,7% do PIB, revelando uma ampliação do papel do setor público nos gastos regionais. Esse aumento pode estar ligado à descentralização de recursos ou à expansão de políticas públicas em municípios da região. Contudo, em 2022, observou-se uma redução para 13,3%, sinalizando possível ajuste fiscal ou retração no crescimento dos investimentos públicos frente ao avanço do PIB regional (Gráfico 30).

O estado do Pará, por sua

vez, manteve um comportamento mais estável no indicador ao longo do período. Partindo de 11%, o percentual variou pouco até 2020, quando caiu para 10,2%, mas recuperou-se nos anos seguintes, encerrando 2022 em 13%. A estabilidade relativa indica que, em nível estadual, o peso dos gastos públicos em relação ao PIB tem sido mantido com controle, com variações dentro de uma margem estreita. Ainda assim, o crescimento recente pode refletir maior investimento público em políticas sociais e infraestrutura, especialmente no contexto pós-pandemia (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Brasil Novo apresentou uma trajetória instável na taxa de acesso à banda larga fixa. O indicador começou em um patamar elevado (16 pontos por 100 habitantes) e atingiu seu pico em 2020, com 21,9 pontos, possivelmente impulsionado pela demanda gerada pela pandemia e a adoção do ensino remoto. No entanto, a partir de 2021 houve uma queda acentuada, atingindo apenas 7,6 em 2022. Em 2023, houve retomada parcial, fechando o período com 15 pontos, sinalizando alguma recuperação da infraestrutura ou ampliação de cobertura (Gráfico 31).

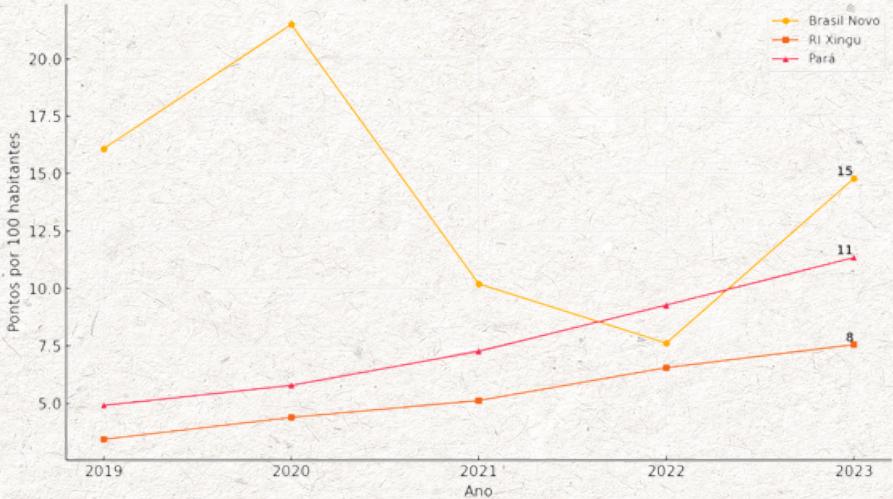
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Na Região de Integração do Xingu, o indicador apresentou crescimento contínuo, embora em ritmo moderado. Saiu de apenas 3,4 pontos por 100 habitantes em 2019 e chegou a 7,7 em 2023. Apesar de o avanço ser constante, os níveis ainda são bastante baixos, evidenciando uma lacuna significativa de conectividade fixa na região. Esse comportamento reflete desafios estruturais comuns a áreas mais interiorizadas, como baixa densidade populacional, dificuldade de acesso logístico e menor atratividade para provedores de serviços (Gráfico 31).

O estado do Pará também

demonstrou crescimento consistente ao longo do período, saindo de 5 pontos em 2019 e alcançando 11 pontos em 2023. Embora ainda abaixo da média nacional, o avanço progressivo sinaliza políticas ou investimentos que vêm ampliando o acesso à internet fixa no estado. Comparado ao município e à RI, o Pará apresenta um desempenho intermediário, com menor oscilação e trajetória mais estável, o que sugere uma expansão mais uniforme da infraestrutura de banda larga em nível estadual (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2019-2023)



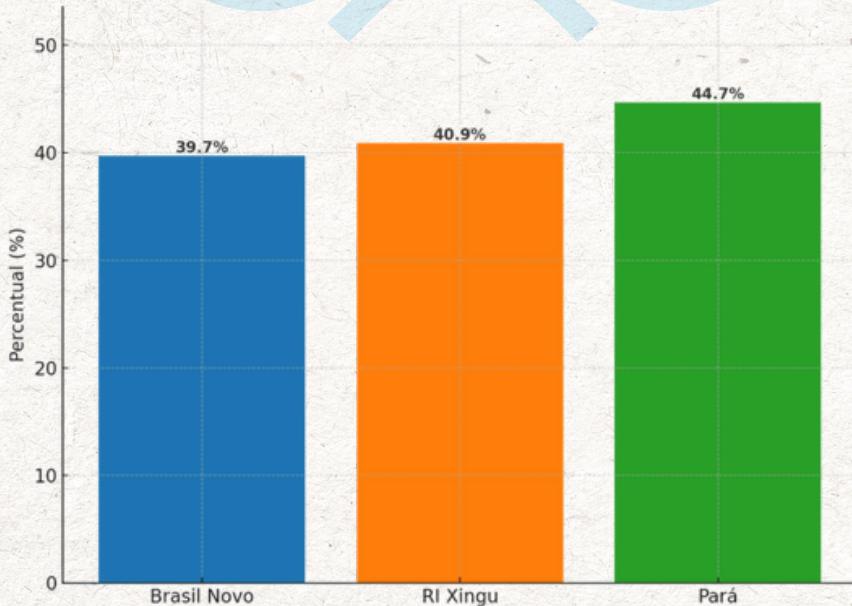
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Brasil Novo** registrou um IDS de **39,7%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Brasil Novo x RI Xingu x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



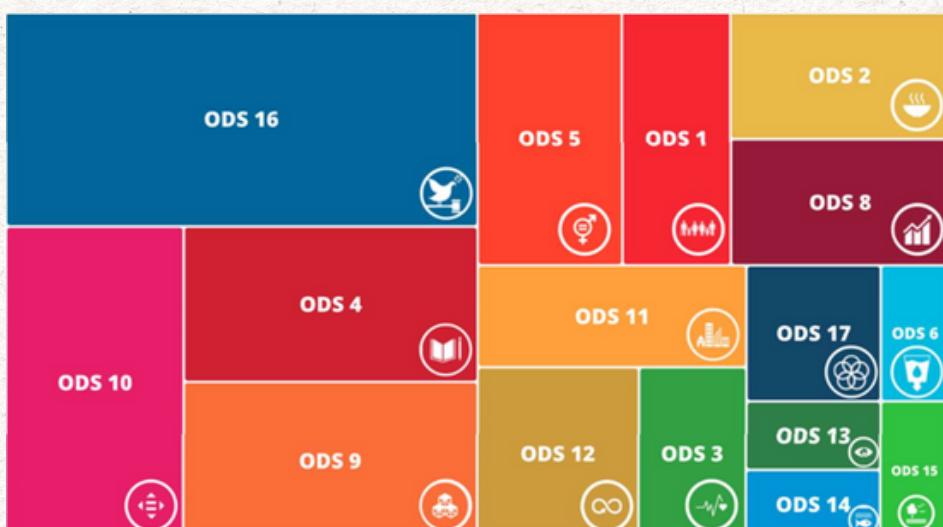
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Brasil Novo na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Brasil Novo e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

